

# Informe Econômico

## Expurgo e credibilidade

Durante todo o último trimestre do ano passado, as autoridades da área econômica do Governo federal negaram que o Brasil recorresse ao Fundo Monetário Internacional e que seria feita uma máxi.

Passadas as eleições de 15 de novembro, a ida ao FMI acabou confirmada em 26 de novembro, em Genebra (Suíça) pelo Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

As autoridades continuaram a negar a máxi. Até a véspera de sua decretação, em 18 de fevereiro deste ano.

Com o aumento da cotação oficial do dólar e as especulações com a moeda norte-americana, suas cotações no mercado paralelo dispararam, atraindo desesperançados depositantes em cadernetas de poupança. Houve uma perda brutal de depósitos dos agentes financeiros.

As sucessivas juras e declarações das autoridades de que, passada a máxi, a correção monetária continuaria, como em 82, acompanhando a inflação e a correção cambial, não eram acreditadas pela sociedade. Havia uma crise de credibilidade.



Em março, o Banco Central baixou circular equiparando a correção monetária à correção cambial nos empréstimos em moeda estrangeira. Mesmo assim, não foi suficiente. O Conselho Monetário Nacional, órgão máximo do Governo na área econômico-financeira (do qual participam 8 representantes do setor privado), aprovou, então, no final de março, a Resolução 802, que equiparou — a partir do segundo trimestre deste ano — a correção monetária à correção cambial e à inflação.

O objetivo era restaurar, por resolução, a credibilidade do Governo, ainda não de todo recuperada.



Realizar o expurgo na correção monetária em junho significa desrespeitar a Resolução 802 do CMN. Expurgar apenas o INPC (vale dizer, os salários) em junho, parece injustiça.

Para garantir um mínimo de credibilidade, pelo menos por um trimestre, o Governo está forçado a promover o expurgo a partir de julho.

Um expurgo ainda este mês, antes da virada do trimestre, evita os efeitos inflacionários e desagrada os depositantes em cadernetas de poupança, que poderiam voltar a sacar. Mas teria uma vantagem: arrefeceria, um pouco, os clamores contra o reajuste das prestações da casa própria.